



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

CIDADE NA FLORESTA: BELTERRA, A EXPERIÊNCIA DO PLANTATION DE SERINGA DE
HENRY FORD NA AMAZÔNIA

José Carlos Matos Pereira (PPCIS/UERJ) - cmatoscomova@gmail.com

Doutorando em Ciências Sociais

Cidade na Floresta: Belterra, a experiência do *Plantation* de seringa de Henry Ford na Amazônia¹.

Resumo

Analisamos os modos de vida na cidade de Belterra no Oeste do Pará, resultantes da implantação do *Plantation* de seringa de Henry Ford na Amazônia. Construir uma cidade na floresta, desarranjar o modo de vida pré-existente do lugar, arregimentar força de trabalho por meio da migração, principalmente, nordestina e criar uma hierarquia funcional e social com base no sistema fordista de produção foi à estratégia usada pela Companhia Ford Industrial do Brasil na região, no período que compreendeu os anos de 1934-1945. Nessa cidade-empresa, a sociabilidade deu-se com base na evitação da convivência entre americanos e brasileiros e na criação de espaços exclusivos de uso dos primeiros. Dessa forma, Belterra, aparece para o cenário urbano, não pelo espraiamento da periferia, como no processo urbano-industrial vivido por várias cidades brasileiras, mas através da urbanização pela verticalidade, ou seja, pela articulação de espaços descontínuos propiciada pela ação seletiva do capital com base no apoio estatal, cujas escalas vão desde o lugar onde se realiza o projeto, passando por mediação governamental nas esferas estadual e federal, chegando até os Estados Unidos, onde se localizavam as fábricas de Henry Ford.

1. O processo civilizatório capitalista para a Amazônia

A “fala do desenvolvimento”², como denominaremos a produção de sentidos sobre a Amazônia para o contexto estudado, traz em seu teor elementos que merecem nossa atenção, já que orienta o olhar, define o papel econômico e político e essencializa os modos de vida dos grupos sociais que nela vivem, cujo enunciado pode ser formulado da seguinte forma: uma região selvagem a ser dominada; uma riqueza natural adormecida e diversa que precisa ser economicamente valorizada; um lugar despovoado que precisa ser ocupado; um povo destituído da capacidade de usar e transformar em riqueza o patrimônio que detém.

Termos como ‘selva’ e ‘selvagem’ expressam os povos que nela vivem. A sociedade indígena, por exemplo, para esse caso, não é etnia. É sinônimo de atraso (embora não sejam “atributos” exclusivos destes). Caberia, nessa proposição, levar a “civilização” àqueles destituídos de civilidade. Para tanto, podemos recorrer às formulações de Morgan (2004 [1877]), cujo caminho natural do desenvolvimento iria da selvageria, passando pela barbárie até chegar à civilização.

Nessa formulação, a relação não se dá com base na alteridade, uma vez que a representação do outro se faz em condições de inferioridade. Desse modo, justificando e legitimando o uso da força, o assassinato e o extermínio de grupos sociais inteiros. Segundo Boas (2004, p. 42), nessa “hipótese implica a idéia de que nossa civilização ocidental européia representa o desenvolvimento cultural mais elevado, em direção ao qual tenderiam todos os outros tipos culturais” tidos como primitivos.

Mais do que uma formulação teórica e política do final do século XIX, essa proposição ganha forma de discurso e justifica a ação de grupos econômicos e se reproduz na fala de políticos dentro e fora da Amazônia, e em análises acadêmicas ainda no início do século XXI. Segundo Goffman (1982), o estigma, em profundidade, consiste em destituir o outro da sua condição de humanidade para, dessa forma, colocá-lo numa situação de inferioridade. Essa aversão persistente pode estar relacionada à classe social, raça, nação ou religião. Temos, assim, o enunciado do atributo social depreciativo.

Aqui nos é pertinente as formulações de Foucault (1976), o autor como produtor de sentidos que deve ganhar o senso comum e o cotidiano da vida das pessoas. Em várias ocasiões, esses enunciados sobre a Amazônia ganham uma dimensão de invenção, que a associa ao atraso, ao vazio humano e de descompasso desta com a sociedade nacional, que logo remete ao estereótipo da indolência, da inaptidão e da má utilização de seus recursos por sua população (MENDES, 1971).

O jornal *Washington Post* e a Revista *Time* noticiaram à época que o projeto de industrializar a selva, proposto por Henry Ford, era a possibilidade do “homem branco” levar a “magia da civilização” para “o mundo selvagem” (GRANDIN, 2010, p. 18).

Fica, assim, de forma mais explícita a ideia de colonização permanente da Amazônia, dada as relações de usura e do estereótipo lançado sobre sua gente e da forma 'descartável' como são tratados os modos de vida do lugar, já que sobre ele incide o primeiro ato. Destruir ou desarranjar o pré-existente para que novas modalidades produtivas movidas pela racionalidade do lucro, seguido do uso predatório e intensivo da natureza, marcam a trajetória da região em diferentes momentos históricos. Para Bosi (2006, p. 12-13) a

“colonização dá um ar de recomeço e de arranque a culturas seculares (...) ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio da natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório”.

Aliás, ser esta a perspectiva fundante da ação do Estado e do grande capital na região. Para Santos (1995, p. 16), os grandes projetos na Amazônia se realizam de forma intencional e em local abundante de recurso natural com base na idéia de “salvação da economia”, “de integração do mundo”, de “segurança” e “progresso”. Estas são roupagens do discurso mercantil e simbólico imposto pela ação do capital com base no poder estatal.

Dessa forma, a fala do desenvolvimento naturaliza esse olhar sobre a Amazônia e serve de plano de referência conceitual quando se pensa nela. No processo civilizador, Elias (1994, p. 26), observa que “usa-se porque lhe parece uma coisa natural, porque desde a infância aprende-se a ver o mundo através da lente desses conceitos”³.

No entanto, para caso estudado, a produção dos sentidos pelos “de fora” e seus aliados e como este rebate na auto-representação, na auto-estima dos “de dentro” e nas relações de sociabilidade, ganha relevância na análise, visto que os modos de vida na cidade de Belterra são produzidos e se reproduzem tomando por base a premissa do “civilizado”.

2. Antecedentes sobre a presença do capital americano no Tapajós

O interesse do capital americano na região do Tapajós no final da década de 1920 se traduz num ato deliberado que envolve questões econômicas e políticas de múltiplas determinações e diversas escalas de articulação entre o capital internacional, governo brasileiro e as oligarquias da Amazônia.

A economia americana, antes do *crash* de 1929, vivenciava um bom momento tendo na indústria automobilística um papel de destaque. Nesse período, a produção de automóveis já ultrapassava 23 milhões de unidades e isso abria possibilidades de ampliação de mercado no cenário internacional, ao mesmo tempo em que havia uma demanda interna por borracha e a necessidade do controle estratégico daquela matéria-prima em decorrência

das disputas econômicas com outras potências européias como Inglaterra, Holanda e França (COSTA, 1993).

Na Amazônia, temos um momento de estagnação econômica pós-*boom* da borracha no período que vai da década de 1910 até meados da década de 1940. Em decorrência disso, houve a perda de renda dos estados produtores de seringa, a queda na oferta de postos de trabalho, a precariedade das condições de vida dos migrantes, antigos seringueiros e outras categorias de trabalhadores dependentes daquela economia, bem como, a fragilidade política das oligarquias locais no cenário nacional (MAHAR, 1978).

No entanto, a partir de 1923, com a visita da missão americana para conhecer áreas da região onde pudessem desenvolver futuros projetos, com a realização de estudos de viabilidade econômica e elaboração de relatório final, que duraram aproximadamente dois anos, esse quadro começou a mudar. A articulação do governo do estado do Pará junto ao governo federal, as ações sistemáticas feitas pelo Ministério das Relações Exteriores nos Estados Unidos foram fatores favoráveis que tornaram possível a atração do capital americano para a Amazônia. Seguido da criação da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB) e da aprovação pelo legislativo estadual do termo de concessão elaborado pelo governo do estado do Pará, que permitiu o repasse de um milhão de hectares de terra à margem direita do rio Tapajós, localizada nos municípios de Aveiro e Itaituba e, que, posteriormente foi estendida para Belterra, no município de Santarém para a empresa americana (COSTA, 1993).

A plantação planejada em áreas definidas no formato de quadras, o disciplinamento dos trabalhadores, as hierarquias funcionais, a constituição da força de trabalho em bases assalariadas e a construção de uma cidade em plena floresta, tendo como referência o sistema fordista de produção, era algo que ainda não havia sido experimentado na região⁴.

Gramsci (1988), em seu estudo sobre o fordismo, observa que a racionalidade econômica determinou a necessidade de um novo tipo humano, adequado às novas formas de trabalho e produção, perfil este conseguido através da combinação dos procedimentos de coação e consentimento. O primeiro pode ser realizado por meio de uma rígida disciplina e pelo controle empresarial da vida privada do trabalhador, para evitar o desperdício de energia e como forma de não prejudicar o processo de trabalho e produção, já que este exige um movimento repetitivo, mecânico e preciso. No segundo caso, um bom salário e a perspectiva da melhoria de sua condição de vida serviriam como elemento de convencimento à aceitação da proposta da empresa.

Santos (1992, p. 98) assinala que o homem quando se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, a sua relação com a natureza muda. A criação da natureza social acontece quando o natural cede lugar ao artefato da ordem racional através da natureza "instrumentalizada, domesticada e apresentada como sobrenatural". Com a

economia mundializada, “cada lugar é o ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas”, mas operam sob a mesma racionalidade “na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias, do capital e do trabalho (...) a natureza agora é unificada pela história, em benefício de firmas, estados e classes hegemônicas”.

Em Belterra, as relações capitalistas não se davam no ‘intramuros’ de uma fábrica de automóveis, conforme analisou Vianna (1978), mas por entre as florestas e rios de uma cidade-empresa com base no sistema fordista de produção. Dessa forma, a cidade (a forma) e urbano (o conteúdo) ganhou materialidade no universo sociocultural para os grupos sociais na região.

Segundo Piquet (1998), a criação da cidade-empresa foi à estratégia usada pelo capital diante de situações onde a oferta de infraestrutura e serviços urbanos eram precários e não davam suporte para o desenvolvimento das atividades industriais. Essa estratégia mostrou-se importante, tanto para o processo de reprodução do capital como para a concentração e controle da força de trabalho, através da oferta de moradia para os trabalhadores das empresas, que funcionou como uma espécie de compensação ou vantagens adicionais (moradia, infraestrutura e serviços), principalmente, para a mão-de-obra mais especializada. Também, podemos observar que esta ação não se restringiu somente à produção de mercadorias, mas levou novos padrões de vida aos lugares onde se instalou, configurando, assim, os aspectos materiais e imateriais contidos na vida social.

3. Os modos de vida na cidade

Por modos de vida tomamos como referência a seguinte formulação: com base em Cândido (1971, p. 36) podemos observar que os modos de vida de uma sociedade estão relacionados aos “hábitos, condutas, técnicas e instituições” adquiridos por herança cultural, sejam aqueles desenvolvidos localmente ou os relacionados ao convívio e influência de outros grupos sociais externos a sua formação original. Dessa forma, envolvem as formas de produção de sua existência e a satisfação de suas necessidades imediatas. O que, por sua vez, implica as relações que estabelece com a natureza, as técnicas usadas para adquirir e produzir alimentos (caça, pesca, coleta, agricultura, por exemplo), construir moradia e vestuário, as preferências alimentares, bem como, as relações de sociabilidade que se estabelece entre pessoas, famílias ou grupos sociais com base na representação que fazem do mundo, nas relações de classe e nas disputas pelo poder.

3.1. O desarranjo do modo de vida pré-existente

O grande capital traz para a cidade e para o urbano, grupos sociais que até então viviam da extração de frutos da floresta, da pesca e da agricultura às margens do rio Tapajós, Lago Grande e rio Amazonas, deslocando-os do lugar do trabalho (o campo, os rios, a floresta) e das relações que o envolvia (o rural e a natureza). A caça, a pesca, o cultivo da terra, a brincadeira com as crianças na praia, a lavagem de roupa, o passeio de canoa e o banho de rio, deixou de ser um ato permanente, quando o barco passou nas localidades recrutando mão-de-obra para levá-la até o acampamento provisório da empresa, na localidade de Porto Novo, em Belterra, onde se iniciou o projeto. Lá, diferentemente do que propôs Simmel (1967), o tempo da vida social não era cronometrado pelo relógio.

Para esse período, analiticamente, podemos fazer aproximação com as contribuições de Santos (2006), quando este trata das relações entre sociedade e natureza, e das transformações ocorridas nesta última por conta das técnicas utilizadas socialmente nos lugares habitados e criadores de meios artificiais⁵.

Naquele lugar, a atividade humana não era predatória, o dinheiro pouco circulava e sua aparição através do salário já era um forte atrativo, e a possibilidade de melhoria nas condições de vida material, também fazia parte da aspiração migrante.

Esse deslocamento significou, de um lado, a perda de contato direto com o seu meio de vida e do tempo lento, resultante de sua relação com a natureza em bases não monetárias. Eram agricultores, ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas, que tinham um modo de vida, cuja orientação dava-se mais pelo valor de uso da natureza e menos pelo valor de troca. A desestruturação do modo de vida e sua reestruturação em novas bases impunham outra orientação para a vida social. A (re)socialização na cidade dava-se através do treinamento, da disciplina, do controle e da produção, por meio de sua submissão às novas formas de trabalho, agora assalariado, com horário estabelecido, tarefas pré-determinadas e produtividade aferida e controlada diariamente, sob a forma de um contrato que regulamentava os “conteúdos dos atos sociais”. Dessa forma, “a vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de seus elementos tradicionais” (LEFEBVRE, 1991, p. 69, 81). Ou seja, ocorre aqui, a criação do novo tipo humano, conforme analisamos com base em Gramsci.

Desse modo, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso e o tempo lento da vida pretérita ganha nova velocidade e dinâmica, aquela exigida pelo trabalho sistemático e repetitivo, para a produção de seringa que, de Belterra, deve alcançar o mercado mundial e, particularmente, servir de matéria-prima à indústria automobilística norte-americana.

Essa condição vai provocar profundas mudanças no plano imediato do vivido e do concebido, já que o produto de seu trabalho não lhe pertence mais, nem tampouco à

natureza, agora sob a guarda da racionalidade capitalista da CFIB. Assim, “o mundo da mercadoria com sua lógica e linguagem se generaliza no cotidiano a tal ponto que cada coisa se vincula com sua significação” (LEFEBVRE, 1969, p. 10). Isso quer dizer, ao dinheiro e ao valor de troca. O que, por sua vez, implica mudança nas relações e método de produção, nas práticas alimentares e nas formas de propriedade.

Para tocar o empreendimento, a outra parte da mão-de-obra veio através da migração das cidades de Belém (PA) e Manaus (AM), na Amazônia; da região Nordeste, principalmente, cearenses⁶, mas tinha também paraibanos, pernambucanos, baianos e potiguares; e de outras regiões, como os mineiros e, minoritariamente, estrangeiros, como holandeses⁷, italianos, russos, japoneses, chineses e peruanos, que compunham os grupos sociais e funcionais da época, cuja direção e controle estavam sob coordenação americana.

3.2. A Moradia, expressão da hierarquia social e funcional

Para viabilizar a produção foi necessário construir uma cidade em plena floresta nos moldes das cidades-empresa já experimentadas nos Estados Unidos. Na Amazônia, uma cidade com estradas que margeavam as quadras de seringa; casas residenciais para o respectivo quadro funcional; abastecimento de água e energia elétrica; venda de produtos de primeira necessidade; hospital e escolas de primeiro grau; galpões onde funcionava a marcenaria e a oficina mecânica; telefone e guaritas de segurança; caminhões e tratores; portos e trapiches para o embarque e desembarque de pessoas, mercadorias, ferramentas, máquinas e equipamentos; clube exclusivo e praça para a prática do golfe, esporte preferidos dos americanos. Essas formas urbanas materializavam os conteúdos sociais da época e os contextos hegemônicos e particulares de sua produção.

Rapidamente a floresta foi derrubada para a abertura das estradas, com a ajuda de tratores, correntes, machados, terçados e serrotes de duas pontas. Também foram preparadas as quadras para plantar as mudas de seringa e construídas as casas onde iriam morar americanos, funcionários e instalar os escritórios da empresa. A madeira retirada, como a castanheira, o cedro, a itaúba e jarana, por exemplo, foi aproveitada para construção das casas e mobílias.

Além de toda a infraestrutura construída, para fazer funcionar o seu sistema de produção, foi criado, ainda, uma hierarquia funcional de gerentes, capatazes, trabalhadores mais especializados e peões. Essa hierarquização ganhou a forma de distribuição espacial das moradias. Segundo Foucault (1977), a disciplina envolve três questões fundamentais. Primeiro, a distribuição dos indivíduos no espaço. Seguido da individualização do aprendizado, do controle e da vigilância. Por fim, a definição funcional dos lugares segundo sua utilidade. Observamos, conforme propõe o autor, que todos esses elementos são

intercambiáveis, visto que os corpos individualizados estão distribuídos e circulando numa rede de relações.

A Vila Americana, a primeira a ser construída na cidade, tinha um conjunto de casas, onde viviam os americanos, que coordenavam o projeto. Eram casas grandes, com sala, quartos, cozinha, varanda, banheiro interno, fossa sanitária e coberta de telha francesa. Eram casas amplas cercadas de árvores, com terreno sem muros. Eram equipadas com utensílios domésticos e móveis trazidos diretamente dos Estados Unidos e aqueles construídos em Belterra. Dispunham também de iluminação e água encanada, graças aos motores movidos por óleo diesel, manutenção oferecida pela empresa e telefone. Para locomoção usavam bicicletas e automóveis trazidos por embarcações americanas e que eram de uso exclusivo destes. Exceção para o uso das bicicletas que muitas vezes eram utilizadas pelos chefes durante o expediente de trabalho.

Como atividades de lazer principal estavam o golfe jogado aos domingos durante todo o dia, as festas no *Club House* para ouvir música e beber uísque, e o jogo de sinuca e bebida num bar de propriedade de um italiano, de nome Simão Galez, que teve autorização americana para, numa das casas, desenvolver essa atividade na cidade. Para os padrões mais exigentes da vestimenta tinha um alfaiate, de origem africana, que fazia os paletós, calças e outros acessórios necessários⁸.

Essas atividades eram privativas do *staff* americano, assistidas de longe pelo conjunto de trabalhadores da Companhia. No máximo, os jovens podiam, no caso do golfe, carregar as sacolas contendo tacos e bolas, pelo qual recebiam cinco mil réis no final das partidas como remuneração pelo trabalho realizado. No domingo, por volta das oito horas da manhã, chegavam eles em seus carros, vestidos de branco e de chapéu, com sacos de golfe e estacionavam na praça. Jogavam até as três horas da tarde, um esporte que só eles conheciam⁹.

A evitação da convivência, por parte dos americanos, com grupos sociais e trabalhadores da empresa, era o traço marcante da sociabilidade do período.

A convivência entre pares tanto dificulta o desenvolvimento das relações com base na alteridade, como tende a naturalizar a diferença e as hierarquizações sociais entre “superiores” e “inferiores” tendo como plano de referência o anúncio do estereótipo, conforme analisaram Elias e Scotson (1992). Só que para a situação analisada por estes autores a única diferença entre os estabelecidos e os outsiders se referia ao tempo de residência na cidade, entre os mais antigos e os recém-chegados, respectivamente. Em Belterra, a situação se inverte, questões como nacionalidade, cor, raça, etnia, condição de habitação, profissão, salário, nível de renda e de escolaridade são os elementos constitutivos e demarcadores das diferenças. Do mesmo modo, e de maneira invertida, ao

tomarmos esses autores como referência os “de fora” são os estabelecidos e “os dentro”, os outsiders.

Fazendo uma comparação com estudos recentes sobre a sociabilidade em cidades brasileiras onde é assinalada que a segregação social de grupos, que se faz por meio da construção de espaços exclusivos e muros que separam as classes sociais, conforme analisou Caldeira (2006). Para a situação apresentada em Belterra, a proximidade física e o distanciamento social também se fazem presente. Contudo, sem muros, nem cercas, mas contando com um poderoso mecanismo de controle, vigilância e coerção sobre os estilos de vida dos grupos sociais, que deixava bem claro o lugar de cada grupo na cidade, principalmente, aqueles na posição de ‘inferioridade’ profissional e social.

Nas proximidades da Vila Americana foi construído o Hospital Henry Ford que se tornou uma grande referência na área de saúde na Amazônia por conta de sua estrutura e do corpo funcional especializado. Nas mediações, também se construiu o hotel onde se hospedavam os funcionários, principalmente, aqueles vindo de fora. Fala-nos um ex-funcionário.

Na Vila Mensalista, moravam os trabalhadores que desempenhavam cargos de chefia, principalmente, em atividades da administração. Alguns outros que trabalhavam no hospital, como o farmacêutico e os russos que faziam o trabalho de autópsia. Lá moravam os trabalhadores mais especializados. As casas, uma próxima da outra, eram separadas por plantas que demarcavam os espaços de cada uma e de jardins que enfeitavam as fachadas em frente às mesmas. Eram menores, se comparada à casa dos americanos, mas confortáveis. Também eram servidas por serviço de água, luz, telefone, fossa sanitária e manutenção oferecida pela empresa. As casas eram mobiliadas pela própria empresa que fornecia o guarda-roupa, a cama e o fogão que funcionava a base de lenha e querosene.

Na Vila Operária, moravam trabalhadores com alguma especialização, como mecânicos, que consertavam os carros e máquinas; os marceneiros, que faziam as mobílias para as casas; os carpinteiros que construía as casas na cidade; os torneiros, que faziam as peças para o maquinários e veículos; os serralheiros, que cortavam as madeiras e os tratoristas, que operavam o trator que abriu estradas e preparou o campo de aviação. Trabalho este, desenvolvido com o auxílio de maquinário trazidos dos Estados Unidos. Eram casas menores com sala, dois quartos e cozinha. Alguns desses operários operavam máquinas de fazer bloco de concreto, usando areia, cimento e seixo, com ajuda de uma betoneira para fazer peças usadas nas construções.

Na Vila Viveiros I e II, onde moravam os trabalhadores que cuidavam das mudas de seringa, as casas já eram conjugadas, duas casas juntas, parede com parede para ser mais exato. Onde moravam duas famílias, uma em cada casa. Na Vila 129, viviam os trabalhadores que desenvolviam atividades braçais no projeto, mas tinham algum tipo de

qualificação. Era do ponto de vista material, do mesmo padrão das casas da vila operária, só que mais distante do centro da cidade, cerca de quatro quilômetros.

Nas proximidades da Vila Americana tinha um barracão, na rua hoje chamada de “Paz e Amor”, onde ficavam os rapazes solteiros, que dormiam em redes e tinham o serviço de limpeza do local mantido por um zelador da empresa e não pagavam aluguel pela hospedagem. Nome este que, aliás, era a denominação do barracão dos solteiros em Fordlândia, como assinalou Amorim (1995).

No entanto, a classe mais baixa na hierarquia social e funcional, os campeiros e seringueiros, não moravam em casas que obedeciam ao padrão de vila. Conforme relato de um ex-campeiro que ainda hoje vive em Belterra, eles foram se alocando ao longo das estradas em casa de palha, com piso de chão, sem água, luz ou telefone. Eram trabalhadores que desenvolviam atividades braçais no campo, como derrubar mata, abrir estradas, cavar buracos e plantar, com a ajuda de terçado e enxada.

3.3. O sistema de trabalho

As 473 quadras de 400 m² cada, eram margeadas por 10 estradas que mediam entre 08 e 10 km de extensão, foram sistematicamente plantadas¹⁰. Cada quadra era organizada por uma linha de 107 seringueiras alinhadas, de quatro em quatro metros, cuja orientação era marcada por uma madeira pintada e numerada. Cada capataz tomava conta de turmas que podiam variar de 80 até 150 pessoas que, no dia anterior, já sabiam que quadra trabalhar. Às 06h30min os trabalhadores já estavam enfileirados esperando a sirene tocar para iniciar o trabalho, cujo intervalo para a alimentação só podia ser feito por meia hora, a partir das 11:00 h. Ao retornar, às 11h30min, o novo intervalo só a partir das 15h30min, quando terminava o seu turno de trabalho e começava o turno das turmas seguintes. A comida trazida, vinha em forma de farofa, numa latinha que ficava pendurada no cós do cinturão que prendia a calça. O rigor no horário e o cumprimento das metas de trabalho eram diariamente averiguados¹¹.

O controle desses trabalhadores era realizado pelo apontador (pessoa que controlava a presença no serviço) por meio da anotação da numeração contida em uma placa de metal recebida no momento da contratação, e que ficava pendurada no peito durante toda a jornada de trabalho. Além das guaritas de segurança, com segurança 24 horas por dia e com telefone, espalhadas em vários pontos da cidade para controlar a entrada e saída de pessoas e automóveis, que eram revistados ao entrarem nas propriedades da CFIB. Também se exigia com rigor, uma boa conduta de seus funcionários. Bebida era proibida e qualquer deslize seria objeto de demissão, segundo “a lei severa dos americanos”.

Se quisessem se divertir, poderiam ir ao Porto Novo, num dia de sábado ou domingo, dançar e “beber aquela cachacinha”, contando que na segunda-feira estivessem prontos para o serviço. Ressaca ou outro tipo de situação que impedisse o ritmo do trabalho era punido com injeção, purgante, extração de dente ou outro procedimento adequado à situação de doença apresentada, caso desconfiassem da história contada. Esse controle era feito por um fiscal que passava nas casas verificando a presença de trabalhadores nelas, durante o horário de trabalho. Tudo para garantir o perfeito funcionamento do sistema fordista de produção.

Aos “desordeiros” era imposta a disciplina pelo serviço de policiamento interno, denominados de “mata-cachorro”, “porque naquela época era a lei da borracha, a lei da porrada mesmo”. A punição não distinguia idade, fosse velho ou tivesse apenas 12 anos de idade. “Matou, roubou ou fez arruaça ia para a cadeia”. Embora, o tipo de punição fosse generalizado, o valor pago pelo trabalho realizado por menores era bem mais baixo do que o pago a um adulto¹².

Segundo Pollak (1992, p. 2), o que se recolhe com as histórias de vida são as memórias, sejam elas individuais ou coletivas, constituindo um fenômeno social. No caso de Belterra, parece pertinente que se apresentem, conforme propõe este autor, os quatro elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente; aquele vivido pelo grupo social ao qual se pertence, por meio da socialização política ou histórica, denominada de “memória herdada”. Resta-nos, ainda, computar as pessoas ou personagens e os lugares da memória, que funcionam como lugares de apoio, por exemplo, os lugares da comemoração, já que estes se apresentam como elementos estruturantes do período estudado.

Nesse caso, o lugar da comemoração e do acontecimento - Belterra é tido, pelos entrevistados, como o melhor período já vivido por sua gente e marca profundamente a memória herdada. No entanto, identificamos nos relatos, a exploração do trabalho adolescente, o tratamento diferenciado para os brasileiros e sua posição de inferioridade, em relação aos americanos, o grande desmatamento de floresta que, de 1934 até 1945, foi de 6.866,84 hectares, segundo estudo de Costa (1993), e a rigidez do controle sobre os corpos, através de um conjunto de procedimentos racionalizados que incluiu, exercício e treinamento e todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeção, de escrituração e de relatórios que, para fins analíticos, poderíamos utilizar o que Foucault (2002) definiu como a *tecnologia disciplinar do trabalho*. Talvez esteja aí, o caráter seletivo da memória e de esquecimento de determinados aspectos que foram traumáticos ou dolorosos para o grupo. Mas também das transformações ocorridas na mesma, visto seu caráter flutuante, transformador e de mudança constante, conforme observou Pollak (1992).

Segundo Bourdieu (1996), não se pode compreender uma trajetória sem recorrer ao campo no qual ela se desenrolou, ao conjunto dos outros agentes envolvidos e dos confrontos entre estes. Devem ser identificadas as posições múltiplas dos indivíduos dentro seu respectivo campo, sem perder de vista a diversidade de papéis que estes desenvolvem e os campos aos quais estes pertencem. O que implica observar o contexto da construção de sua existência.

No caso de Belterra, contextualizá-la no âmbito da disputa no mercado internacional da indústria automobilística entre as grandes potências mundiais, no papel da produção do látex em grande escala, especialmente diante do conflito envolvendo Japão e Estados Unidos durante a II Guerra Mundial, e das possibilidades abertas para relações comerciais e políticas entre EUA e governo brasileiro, e as negociações que envolveram a Amazônia. Para este caso, temos todo um movimento do poder central em torno do alinhamento político do Brasil com os aliados e da transformação desses seringueiros naquilo que se denominou de “soldados da borracha”.

A cidade-empresa foi criada com a promessa de ser a maior produtora de látex do mundo, que a Companhia Ford Industrial do Brasil utilizaria na produção de pneus e outros derivados para sua indústria automobilística nos Estados Unidos, aos moldes do que já havia sido experimentado em Chicago, naquele país. Em pouco mais de cinco anos plantou-se mais de três milhões de pés de seringueira, cujo investimento total, incluindo a infraestrutura ultrapassou a quantia de U\$ 20 milhões (vinte milhões de dólares). O projeto durou apenas 18 anos, desde a sua criação em Fordlândia (1928), mas encerrou-se em Belterra no ano de 1945 (COSTA, 1993; VICENTINI, 1996).

4. Outras experiências da cidade-empresa

Resta-nos, ainda, ressaltar a similaridade da Amazônia com outro contexto. No Nordeste brasileiro, também, na década de 1930, a vila operária constituiu-se, do ponto de vista da comunidade industrial, num modelo onde imperava a disciplina e a moradia higiênica. O apito da fábrica ajudava na pontualidade e assiduidade. A proximidade entre a casa e a empresa, deixava os operários num “estado permanente de prontidão para o trabalho” (LEITE LOPES, 1976, p. 58). Para o autor, se do ponto de vista do capital esse ideal representou o *otimum* produtivo, para os trabalhadores e suas famílias, a precariedade das condições de trabalho e habitacionais, os baixos salários, a vigilância permanente por parte da empresa, a ameaça constante de demissão e despejos, a falta de liberdade de organização sindical significaram um verdadeiro “cativeiro”.

Segundo Alvim (1976), os operários eram recrutados em feiras locais, através de aliciadores, cujo critério de seleção estava condicionado às famílias com grande número de

filhos, que depois que entravam na fábrica cumpriam até 12 horas de trabalho. A forte presença da mão-de-obra feminina na fábrica significava, do ponto de vista doméstico, uma sobrecarga do trabalho sobre a mãe e materializava uma forma de divisão sexual do trabalho.

Observamos nas análises de Leite Lopes (1976) e Alvim (1976), que o controle permanente imposto pela empresa, inclusive, do mercado de trabalho e imobiliário, significou, de um lado, um poderoso mecanismo de “imobilização da força de trabalho” e de sua máxima exploração em cada grupo doméstico e, de outro, a descaracterização da sua condição de camponês e de sua (re) socialização à vida industrial.

Para o período mais recente podemos estabelecer relação com as pesquisas desenvolvidas no estado do Pará.

Segundo Trindade Jr e Rocha (2002), a instalação da cidade-empresa ou *company towns* não é recente na região. Começa pelas experiências de Fordlândia e Belterra, no final da década de 1920, e se intensifica a partir dos anos de 1960 para acompanhar a implantação dos grandes projetos. Desse modo, representam um novo arranjo socioespacial na realidade local e regional, já que se diferenciam tecnicamente das cidades do seu entorno, dada a auto-suficiência de sua organização.

As *company towns*, conforme definem Pereira, Silva e Ferreira (2002, p. 60), são cidades planejadas criadas por empresas para dar suporte a grandes projetos destinados à exploração dos recursos naturais na Amazônia. Ao se percorrer o interior das mesmas, dizem os autores, tem-se a impressão de estar num outro mundo “intencionalmente produzido, racionalmente programado” através de construtos e objetos dispostos no espaço¹³. Isso implica uma racionalização da dinâmica urbana cujo interesse principal é viabilizar a realização econômica do empreendimento, de forma que a localização em pontos estratégicos, tanto busca a proximidade dos recursos naturais, quanto à facilidade para obtenção de mão-de-obra (RODRIGUES, 2002).

Pelo menos quatro características foram identificadas para este tipo de cidade: a) representam a extensão da linha de produção da empresa; b) tendem a negar o padrão regional de urbanização. Esses núcleos planejados já nascem dotados de equipamentos urbanos como rede de água e esgoto, centro comercial e serviços; c) apresentam-se como novas formas de gestão do território e; por fim, d) funcionam como enclaves urbanos no lugar onde se localizam, uma vez que tanto a escala local, como seus sujeitos políticos são poucos considerados. Ao mesmo tempo em que os benefícios gerados por esses projetos não são incorporados regionalmente, embora os custos sociais e ambientais sejam internalizados. Para a construção da hidrelétrica de Tucuruí cerca de 30 mil pessoas foram remanejadas e 13 povoados ribeirinhos foram inundados nos sete municípios da área de abrangência do projeto (ROCHA; GOMES, 2002)¹⁴.

Trindade Jr e Chagas (2002) observam que a cidade-empresa envolve dimensões acerca do uso e da representação do espaço, expresso nas práticas cotidianas e imaginárias dos sujeitos, e na gestão de burocratas e urbanistas, que definem o seu uso. A cidade livre sem a segregação socioespacial dos grupos sociais e profissionais cai por terra diante da incapacidade da empresa em manter a coerência entre o discurso feito e a sua capacidade de realização. Fazendo com que a cidade aberta fique apenas no campo do discurso e não na viabilidade prática de sua materialização.

Por fim, algumas questões podem ser apresentadas como elementos de mediação entre a cidade-empresa de Henry Ford em Fordlândia e Belterra, no estado do Pará, entre as décadas de 1920 e 1940, e as *company towns* criadas na Amazônia a partir dos anos de 1970. O uso intensivo da natureza; a necessidade abundante de mão-de-obra, muita dela migrante, os construtos e objetos alheios a gente do lugar, a segregação entre grupos profissionais e sociais, a mobilidade vigiada e os impactos socioambientais que resultam no desarranjo do modo de vida pré-existente para a realização de novas modalidades de existência social com base na racionalidade econômica, no uso predatório da natureza e nas relações assalariadas da mão-de-obra. São situações que se apresentam em ambos os casos.

5. Considerações finais

Temos em Belterra, situações diferentes do acontecido durante o “boom” da borracha e da “fronteira urbana” proposta por Becker e Miranda (1987), como marco definidor da urbanização da Amazônia, com o surgimento das cidades que serviram de suporte para a implantação dos grandes projetos na década de 1970¹⁵.

A implantação da cidade-empresa, entendido aqui, como a urbanização pela verticalidade ou pela articulação de espaços descontínuos, foi uma estratégia usada pelo capital para dotar de serviços e equipamentos urbanos o lugar onde a cidade não existia e, dessa forma, assegurar o desenvolvimento da atividade industrial. Pelo menos, para aqueles funcionários mais qualificados tecnicamente, visto que a maioria dos trabalhadores, os seringueiros, moravam em casas de palha, piso de chão batido, sem água, luz ou telefone, e comiam farofa de peixe ou ovo numa latinha que ficava pendurada no cós da calça durante o expediente de trabalho.

Instala-se, então, o sistema fordista de produção, não nos intramuros da fábrica, nem da produção e consumo em massa, mas de um processo que antecede a estes. O trabalho sistemático de oito horas, quase ininterrupto, para plantar e coletar seringa que, de Belterra, deveria ganhar o mercado mundial, especialmente, o da indústria automobilística norte-americana. Dessa forma, Belterra, aparece no cenário urbano, não pelo espraiamento da

periferia, como o processo urbano-industrial vivido por várias cidades brasileiras, mas pela urbanização como espaço seletivo da ação do capital com base no apoio estatal, cujas escalas de articulação vão desde o lugar onde se realiza o projeto, até o global, onde se localizam as fábricas de Henry Ford, nos Estados Unidos, sedentas de matéria-prima, passando pelas mediações do governo federal, através do Ministério das Relações Exteriores, e das negociações deste com o empresário americano e que, envolveu, também, visitas de reconhecimento de áreas na Amazônia onde se localizaria o empreendimento, passando pela doação de um milhão de hectares de terra, pelo governo do estado do Pará, à Companhia Ford Industrial do Brasil *ad referendum* do parlamento estadual e pela isenção de taxas e impostos durante a vigência do projeto.

Para este caso, a urbanização, deve ser entendida mais como evento, “um acontecimento de significância” (SAHLINS, 1985, p. 191), que se realiza num contexto histórico de estagnação econômica da região (1912-1940) e, por isso, uma tentativa de reerguê-la econômica e politicamente, por meio da aliança entre o grande capital, o Estado e as oligarquias da Amazônia.

Nessa perspectiva, temos, pelo menos, seis elementos estruturantes de análise da experiência: 1) trata-se de um conjunto de procedimentos, usos e apropriação do território alheio a gente do lugar, sob a racionalidade do lucro e do uso da técnica que, na prática, representou um processo de expropriação da natureza (floresta, rios, terra, animais, frutos, ervas, sementes, etc.) das famílias que lá moravam antes da chegada da empresa de Henry Ford; 2) a destruição ou desarranjo dos modos de vida pré-existentes, através do recrutamento da população rural para ser mão-de-obra da CFIB e todo o processo de (re)socialização desta na cidade, que envolveu treinamento, disciplinamento, controle e proibição de bebida e organização política, como forma de preparar o novo tipo humano necessário ao processo de produção e da constituição das hierarquias funcionais com técnicos especializados e peões, sob coordenação americana; 3) o uso predatório da natureza, principalmente, causado pelo grande desmatamento e pelas queimadas, cuja duração esteve condicionada ao retorno econômico do empreendimento; 4) o anúncio do estereótipo por parte dos americanos contra a população do lugar, visto que o projeto tinha como premissa industrializar a selva levando até ela, a civilização do homem branco. Dessa forma, a sociabilidade se dava com base na evitação e na criação de espaços exclusivos de uso dos americanos, como o Club House, onde estes brincavam, dançavam, ouviam música e bebiam uísque, ato este, observado de longe pelos empregados da empresa; 5) temos a cidade-empresa, como imitação ou realização parcial da vida urbana e dos construtos das cidades existentes no período, especialmente, a norte-americana. A construção de uma cidade na floresta, com estradas, portos, hospitais, escolas, mercado, hidrantes, oficinas, hotel, praça para a prática do golfe, guaritas de segurança, abastecimento de água e

energia, telefone, carros, bicicletas e moradias, expressavam as hierarquias sociais e profissionais da Companhia; e, por fim, 6) esse tipo de urbanização ainda não havia sido experimentado na região. Mesmo com sua parcialidade, contrasta com a pobreza e precariedade dos serviços das cidades da Amazônia existentes no período, a idéia de enclave relaciona-se ao uso exclusivo dos bens e serviços pelos funcionários da companhia e não extensivo à população residente no entorno. Dessa forma, configura-se como um novo arranjo socioespacial diferente, marcado pela auto-suficiência de sua organização e pela mobilidade regulada de pessoas e mercadorias, conforme analisaram Trindade Jr e Rocha (2002).

Essa parcialidade nos remete aos propósitos desta cidade-empresa na Amazônia, entre os anos de 1934-1945, cujo papel estava associado a dar condições de plantar e extrair seringa para ser comercializada em grande escala no mercado mundial. Desse modo, os construtos e as relações estavam condicionados a essa condição.

¹ Este artigo toma por base o esboço do primeiro capítulo de minha tese de doutorado intitulada: “Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia, sob orientação da Prof^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ), cuja elaboração envolveu revisão bibliográfica, observação de campo e entrevistas com idosos da cidade de Belterra.

² Essa proposição se inspira nas formulações de Caldeira (2006), quando esta propõe a “fala do crime” para analisar a representação dos moradores de classe média e classe alta na cidade de São Paulo sobre quem eram as pessoas que praticavam crime na cidade. Como resultado, seus entrevistados diziam ser os migrantes nordestinos e nortistas, os pobres e negros moradores da favela. Em muitos dos casos, não tinham visto quem praticava os delitos, mas pressupunham serem estes os grupos sociais responsáveis pela criação da situação de insegurança, medo e violência.

³ É claro que Elias fala de outra coisa, “Kultur” e “Civilização”, e das questões envolvendo França, Inglaterra e Alemanha, mas este nos serve de base para analisar como o conceito informa e preside a ação dos grupos sociais, das instituições ou de uma sociedade inteira. Por outro lado, devemos observar que “esse conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo” e seu julgamento de superioridade em relação às outras sociedades (ELIAS, 1994, p. 23).

⁴ Durante o “*Boom*” da borracha tínhamos: 1) as relações baseadas no sistema de aviamento, por meio de venda a crédito de mantimentos e ferramentas para que o seringueiro pudesse extrair o látex, pago por meio de sua produção que era vendida ao seringalista. Esse sistema criava obrigações quase servis entre o seringueiro e o dono do barracão; 2) longas trilhas de seringais plantadas aleatoriamente e pela decorrente dificuldade de acesso aos seringais e aos mantimentos para sobrevivência dos seringueiros; 3) longas jornadas de trabalho e método simples de preparação do látex, como a defumação, que consistia em levá-lo ao fogo a fim de dar-lhe consistência, por exemplo, conforme analisou Santos (1988).

⁵ “Quando o meio era natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos que eram considerados essenciais para o exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material do grupo (...) as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação (...) a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização. A harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida (...) esses sistemas técnicos sem objetos técnicos não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem insolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a constituir” (SANTOS, 2006, p. 235-236).

⁶ “Eu vim parar aqui porque meu pai, ele tinha muita vontade de ser seringueiro, cortar seringa no Acre, né. Naquele tempo, o Acre era o El Dourado do cearense, muito cearense vinha pra cá, pro

Acre, trabalhava um ano e voltava pra lá com dinheiro e o povo ficava, né, ouriçado com aquilo e vinha mais e mais, e mais, e papai era um desses incutido com essa vida. Inclusive ele não tinha menor necessidade de vim, porque ele era funcionário lá, público, mas ele, era o desejo dele, era um sonho de vir pro Acre. Então, ele reuniu a família que já era de seis filhos, onde eu já tinha seis anos e veio aos trancos e barrancos com a passagem grátis que o governo dava devido à seca” (ALBERTO, NOVEMBRO, 2009).

⁷ Como é o caso de J.J.A.F. Reukema, nascido em Haya (Holanda), em 1894 e contratado pela CFIB, aos 45 anos de idade, em 1937. Deixando mulher e filhos no país de origem, mas sendo desligado em setembro de 1939, conforme consta no registro de empregado da empresa.

⁸ Roberto, entrevistado em novembro de 2008.

⁹ Roberto, entrevistado em novembro de 2009. Quando criança chegou a ganhar os réis dos americanos por fazer o serviço acima mencionado.

¹⁰ Costa (1993) apresenta o total de 33 km de estradas construídos pela Companhia.

¹¹ Segundo Amorim (1995), o salário pago por mês era definido por produção, pré-definido no momento do acerto, mas cobrado quinzenalmente. O não cumprimento dos acordos estabelecidos poderia levar a demissão do empregado sem qualquer indenização por parte da empresa. Após a conclusão mensal do trabalho este era avaliado pelo capataz, gerente e chefe do escritório, que decidiam sobre sua continuidade na empresa. Caso fosse demitido, deveria devolver as ferramentas de trabalho. Se por ventura tivesse perdido, tudo era descontado da indenização.

¹² Roberto, entrevistado em novembro de 2009.

¹³ Podemos observar que a gestão territorial sob controle da cidade-empresa implica na transição do espaço livre para a uma mobilidade regulada de pessoas e mercadorias. De áreas sob a guarda do Estado e, sua concessão, por meio de acordo político para multinacionais que redefinem seus usos, acessos, significados e sua produção (ROCHA, 2002).

¹⁴ Acselrad (1991) observa que o planejamento tecnoburocrático que norteou os planos de desenvolvimento para a Amazônia favoreceu a implantação de práticas técnicas e econômicas predatórias que desestruturou o espaço socioambiental da região. No caso da implantação de hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, isso ficou evidente. Deslocamento de população, desarranjo das práticas socioculturais existentes, dificuldade de diálogo com as organizações sociais locais, subestimação dos impactos sobre a vida dos remanejados, indenização insuficiente para reorganização das famílias nas áreas de reassentamento, desrespeito ao direito de indenização de famílias ou pagamentos inexpressivos e o favorecimento de práticas clientelistas de governantes, são situações analisadas pelo autor. Isso implica desconsiderar, segundo ele, “o universo não-mercantil da natureza e dos modos de vida” (p. 65) existentes naquele lugar. “É a brusca penetração do mundo local pela dinâmica do mercado e da moeda” (p. 66).

¹⁵ Nessa proposição, a cidade seria o lócus da concentração da mão-de-obra, da formação do mercado de trabalho, da instauração do trabalho assalariado e da (re)socialização da população migrante, através da realização do modo de vida urbano.

Referências

ACSELRAD, Henri. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônicas do deslocamento da população de Tucuruí. *Revista de Administração Pública*. v. 25. n. 4, out./dez. p. 53-68, 1991.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. *A Sedução da Cidade*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

AMORIM, A.T. dos Santos. *A dominação norte-americana no Tapajós*. Santarém, 1995.

BECKER, Berta, MIRANDA, Mariana P. *O papel das cidades na ocupação da Amazônia*. Brasília: Convênio IPEA/CEPAL. Mimeo. 1987.

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia. In: CASTRO, Celso. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 25-40.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Jandira (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996. p. 183-191.

CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. Livraria Duas Cidades: São Paulo, 1971.

CASTRO, Edna. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.F.; MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 91-120.

COSTA, Francisco de Assis. *Grande Capital e Agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Belém: Editora Universitária UFPA, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FOUCAULT, Michel. "Aula de 17 de março de 1976". In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 285-326.

_____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1977. p. 125-152.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1988. p. 375-413.

GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: editora Moraes, 1991.

_____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1969.

LEITE LOPES, José Sérgio. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão Burguesa. In: LOPES LEITE, J.S. et al. (Orgs.). *A Reprodução da Subordinação. Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976. p. 41-98.

MAHAR, Dennis. Políticas de desenvolvimento para a Amazônia: passado e presente. In: _____. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Relatório de Pesquisa IPEA, 39: Rio de Janeiro, 1978. p. 7-48.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga [1877]. In: CASTRO, Celso (Org). *Evolucionismo Cultural*. Rio de Janeiro: 2004. p. 41-52.

PEREIRA, E. A. D; SILVA, M. S. da; FERREIRA, T. M. Vila permanente: recortes e retratos de uma *company town* na Amazônia In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 59-81.

PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social. Estudos Históricos*. V. 5, Nº. 10, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais: Do "indizível" ao "dizível". *Ciência e Cultura* 39 (3), 1987.

ROCHA, G. M; GOMES, C. B. A Construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 27-57.

ROCHA, G. M. Gestão local e municipalização do território. A cidade e o reordenamento político-territorial na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 83-110.

RODRIGUES, Roberta Menezes. Desvelando formas e conteúdos: o núcleo urbano de Carajás. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 113-135.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Ed. EDUSP, 2006.

_____. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.F.; MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

_____. 1992: a redescoberta da natureza. *Estudos avançados*, nº. 6, 1992. p. 95-106.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato sobre a presença americana na Amazônia. In: História, ciência e fronteira na Amazônia. São Paulo: Instituto Butantã. *Cadernos de histórias da ciência*. v. 4. n. 2, p. 90-107, jul/dez, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (org.), *O fenômeno urbano*. RJ: Ed. Guanabara, 1967. p. 13-28. (1902).

TELLES, Vera da Silva. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, Vera e CABANES, Robert (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 35-64.

TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

TRINDADE JR., S. C; CHAGAS, C. A. N. A *company town* do alumínio: concepções e práticas sociais. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 195-235.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

VICENTINI, Yara. História e cidade na Amazônia brasileira: a utopia urbana de Ford, 1930. *In*: QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César; PECHMAN, Robert (Orgs). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996. p. 411-447.

Outras fontes

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Vídeo do Plano Diretor Participativo do município de Belterra. Belém, 1997.

Companhia Ford Industrial do Brasil (Registro de Empregados).

Entrevistas realizadas nos meses de outubro e novembro de 2009

- Alberto, 75 anos, aposentado.
- Roberto, 79 anos, aposentado.